

SOUSA, Cássio Noronha Inglez de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de; LIMA, Antonio Carlos de Souza & MATOS, Maria Helena Ortolan (orgs.), *Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II*, Brasília, Paralelo 15; Rio de Janeiro, Laced, 2010, 233pp.

Milena Estorniolo
Mestranda do PPGAS/ USP

Em busca da diversidade de pontos de vista sobre projetos e desenvolvimento

O livro *Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II* foi produto das reflexões de diversos estudiosos a respeito das relações entre povos indígenas e projetos de desenvolvimento, a partir da realização do Grupo de Trabalho (GT) Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento, na X Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste (Abanne)/ I Reunião Equatorial de Antropologia (REA), realizada em Aracaju (SE) entre 8 e 11 de outubro de 2007. O GT, já em sua segunda edição, foi promovido, pela primeira vez, na reunião anterior da Abanne, em Manaus (AM), no ano de 2005, e contou com a organização de Cássio Noronha Inglez de Sousa, Antonio Carlos de Souza Lima, Fábio Vaz Ribeiro de Almeida e Sondra Wentzel, dando origem ao primeiro volume do livro (Sousa *et al.*, 2007).

Dada a relevância das questões que começaram a surgir com a multiplicação dos projetos de apoio para os povos indígenas com os mais diversos enfoques temáticos – desde a gestão territorial e ambiental até questões de gênero, gestão administrativa, sustentabilidade econômica e valorização cultural – as iniciativas desses dois GTs tiveram a intenção

de colocar em diálogo distintos representantes do universo dos projetos indígenas, na figura de antropólogos acadêmicos, antropólogos atuantes em instituições governamentais e não governamentais que promovem e financiam esses projetos, e também lideranças indígenas, de forma a discutir e a avaliar o andamento de tais iniciativas e levantar as principais questões teóricas e práticas que surgem a partir delas.

De acordo com os organizadores deste segundo volume, a ideia de divulgar essas discussões teve início a partir das reflexões sobre as experiências práticas de antropólogos que participaram dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), um programa governamental de apoio a projetos indígenas voltados para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e que conta com a cooperação técnica e o financiamento do governo alemão.

Dois dos organizadores – Cássio Noronha Inglês de Sousa e Fábio Vaz Ribeiro de Almeida – eram antropólogos da equipe técnica do PDPI na época da publicação do livro, e os outros dois – Maria Helena Ortolan Matos e Antonio Carlos de Souza Lima – são professores, respectivamente, dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), o que mais uma vez confirma a intenção de dialogar sobre as questões de cunho mais teórico, colocadas pela antropologia acadêmica, e as questões de ordem mais prática, vividas pelos profissionais que atuam nos projetos.

Essa heterogeneidade existente nas formas de abordar as questões colocadas pelos projetos dedicados aos povos indígenas não significa que as preocupações desses antropólogos sejam distintas – os acadêmicos interessados somente nas questões teóricas que os projetos colocam e, os outros, com a avaliação de suas práticas profissionais dentro de instituições governamentais ou não. Além disso, as diferentes abordagens não

representam uma divisão entre trabalho teórico e prático desses profissionais, já que é bem conhecida internacionalmente a militância de grande parte dos antropólogos acadêmicos no Brasil, e que caracteriza o “estilo brasileiro” de fazer etnologia (cf. Ramos, 1990).

Apesar das diferenças, é possível entrever, nos textos, preocupações de fundo comum, como o problema da participação dos povos indígenas no planejamento e na implementação de projetos e até que ponto essa participação realmente acontece. Também foi uma preocupação dos autores refletir sobre os problemas de comunicação que ocorrem quando as lógicas das agências financiadoras e as do funcionamento do Estado interagem com lógicas indígenas de se relacionar com o mundo. A solução dessas contradições, colocada pelos organizadores na introdução do livro, seria a de buscar o “diálogo intercultural” para a construção de políticas públicas “culturalmente mais adequadas”. Por fim, os autores também discutem o papel do antropólogo nesses contextos e quais podem ser suas contribuições para que, no decorrer do processo, seja evitado o aparecimento de novas tutelas.

O livro possui uma introdução escrita pelos organizadores, dez capítulos de autores que participaram do GT da Abanne/REA em 2007 – com exceção do primeiro capítulo, que é uma análise geral de Antonio Carlos de Souza Lima a respeito da conjuntura indígena e indigenista brasileira, contextualizando aspectos presentes nos capítulos posteriores – e um capítulo final, montado a partir de entrevistas com as duas lideranças indígenas convidadas como debatedoras no GT, Euclides Pereira Macuxi e Valéria Paye Pereira, em que eles discutem as principais questões levantadas durante o evento e fornecem uma “perspectiva indígena” a respeito delas.

O capítulo de Antonio Carlos de Souza Lima, intitulado “Povos indígenas no Brasil contemporâneo: De tutelados a organizados?”, é uma análise crítica da história das organizações indigenistas e indígenas no

Brasil. Nele são descritas as mudanças nas relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, convertidas de um “assimilacionismo desenfreado”, que considerava os índios como relativamente incapazes, justificando a necessidade da tutela, para o seu reconhecimento como capazes de se ordenarem juridicamente através de suas organizações, o “protagonismo indígena” tornando-se moeda corrente e valorizada. O autor argumenta que a valorização da participação indígena nos momentos atuais viria acompanhada de uma despolitização e de uma contínua tecnificação do movimento indígena, semelhante ao diagnóstico de Albert (2000), e chama a atenção para os perigos da criação de um novo tipo de tutela a que a burocratização e as deficiências na capacitação indígena poderiam levar.

A seguir, um primeiro conjunto de textos reúne trabalhos de antropólogos que atuaram em programas do governo nas áreas de saúde e educação. O capítulo de Cláudia Tereza Signori Franco, intitulado “Iniciativas comunitárias de promoção à saúde indígena para projetos de desenvolvimento na área de saúde”, reflete sobre as iniciativas do Projeto de Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus II), proposto pela Funasa e pelo Ministério da Saúde, e fornece um panorama geral da atuação do programa, que apresenta feições de manual técnico, mas toca em questões interessantes, como a dos problemas da aplicação do conceito de “comunidade” presente nos projetos.

O texto de Eduardo Vieira Barnes, “Do Diversidade ao Prolind: Reflexões sobre as políticas públicas do MEC para a formação superior e povos indígenas”, por sua vez, avalia a sua prática como assessor nestes dois programas direcionados ao acesso e à formação escolar de povos indígenas no ensino superior. O texto fornece um histórico a respeito do surgimento e da atuação do Diversidade e do Prolind no contexto da educação escolar indígena no Brasil, apresentando, no entanto, um tom geral de propaganda, o autor posicionando-se como representante e

membro atuante da equipe de elaboração e implementação dos programas, o que provavelmente impede um olhar mais crítico de sua parte.

Em um segundo conjunto de textos, encontram-se trabalhos de antropólogos que se colocam a partir de um discurso vindo de dentro da universidade, neles apresentando dados das etnografias das situações de contato em projetos que pesquisaram. O capítulo “Redes sociais e mobilidade espacial entre os Ye’kuana no Brasil”, de Elaine Moreira, na época professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), mostra os contatos iniciais deste povo com o processo de formação de associações indígenas e os seus primeiros tateios em noções como as de “projetos”, “desenvolvimento sustentável”, “financiamentos” etc. Ela argumenta que as relações deste povo com outros índios e com os não índios das cidades datam de muito tempo antes do surgimento de tais projetos que, por sua vez, são entendidos como novas formas de expandir uma estratégia que os Ye’kuana sempre utilizaram: a da procura e da manutenção da diversidade de relações em diferentes redes de contatos.

Em seguida, José Pimenta, professor da Universidade de Brasília (UnB), apresenta no capítulo “O caminho da sustentabilidade entre os Ashaninka do rio Amônia – Alto Juruá (AC)” como os Ashaninka manejaram com sucesso, nos últimos 15 anos, vários projetos de desenvolvimento sustentável e a forma como entraram no chamado “mercado de projetos”, tornando-se um modelo de “índio ecológico” com grande visibilidade na mídia. O autor traz uma rica análise das formas com que os Ashaninka se apropriaram das noções de “projeto”, “desenvolvimento” e “comunidade”, além de problematizar a relação dos povos indígenas com o desenvolvimento sustentável e as ideias de que eles seriam “naturalmente ecologistas”. Por fim, mostra que, para os Ashaninka, os projetos não são um objetivo em si, mas meios para alcançar a meta política maior de obter tranquilidade para seu povo.

Os cinco capítulos que seguem dizem respeito à participação de segmentos sociais específicos na implementação de projetos. Este é o caso do trabalho de Natália Castelnuovo e Maurício Boivin, ambos da Universidad de Buenos Aires (UBA), intitulado “El salon de mujeres. Proyectos de desarrollo en comunidades guaraníes del norte salteño argentino”, em que analisam a implementação de um programa de geração de renda com mulheres guarani e como ele criou uma série de conflitos e alianças baseadas em relações entre as mulheres e entre mulheres e homens, que eram anteriores ao programa.

No capítulo seguinte, “Acercamiento etnográfico a los actores de la inclusión digital em la aldea Pataxó Coroa Vermelha”, Elena Nava, da Universidade de Brasília (UnB), traça um panorama das origens das políticas de inclusão digital no Brasil e no mundo, concentrando-se, em seguida, no Projeto Gesac (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão), promovido pelo Ministério das Comunicações, tendo em vista as formas com que ele foi apropriado por diferentes atores da aldeia Pataxó. Ela apresenta como alunos, professores e pessoas de fora utilizam os computadores de maneiras diferentes e como essa utilização está relacionada a modos de afirmação/negação da indianidade e a estruturas de poder.

Já o capítulo escrito por Raquel Lima da Silva, da Universidade Federal do Acre (UFAC), “A energia em Camicuã”, reflete sobre a chegada da energia elétrica em uma comunidade indígena Apurinã, por meio do “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz para Todos”, do governo federal. A autora trata dos conflitos ocorridos e das dificuldades encontradas nas tentativas de instalação da energia elétrica na aldeia, além das transformações do cotidiano da comunidade decorrentes de sua chegada, como nos exemplos da utilização da televisão e de outros eletrodomésticos. Ela também descreve como

a concepção de tempo dos índios começou a se pautar pelos horários das novelas e dos filmes na televisão e as preocupações que surgiram a partir dos altos valores das contas de luz, mostrando pontos positivos e negativos relacionados a esse processo.

Em seguida, o capítulo “O índio sabe, o índio faz: Os dilemas da participação indígena nas políticas públicas”, escrito por Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, antropólogo e assessor técnico do PDPI, procura apontar os principais desafios, tanto do Estado quanto do movimento indígena, na construção de uma efetiva participação indígena nas políticas públicas. Ele indica como uma das principais dificuldades a falta de tempo para o preparo de informações qualificadas que possam ser discutidas de forma detalhada com as lideranças indígenas, e argumenta que é necessário que o movimento indígena reconheça suas limitações e busque cada vez mais lutar por uma maior capacitação das lideranças nos temas que envolvem as políticas públicas.

Por fim, Luís Roberto de Paula, antropólogo e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresenta suas experiências como pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA) no capítulo “Povos indígenas e o ‘mercado de projetos’: Desafios para o controle social de convênios e contratos”. O autor identifica os obstáculos presentes no monitoramento virtual de convênios e contratos relacionados a projetos que envolvem povos indígenas, ocasionados principalmente pela falta de informações disponibilizadas nos *sites* de financiadores governamentais ou não, e alerta para a ausência de uma política de transparência voltada para a opinião pública na aplicação dos recursos disponibilizados no mercado de projetos.

Ao longo desses dez capítulos que compõem a publicação, ficam bem claras as diferenças entre as abordagens das análises realizadas pelos antropólogos que trabalham no meio acadêmico e pelos antropólogos que

atuam profissionalmente na implementação de projetos. As principais delas parecem estar presentes, primeiro, na maneira como são tratados conceitos como “cultura”, “desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável”, “recursos naturais” e outros e, segundo, nas posições mais ou menos críticas que tanto uns quanto outros assumem em relação aos projetos devido aos cargos que ocupam.

Dessa forma, enquanto fica bem clara, em alguns capítulos, a preocupação de desnaturalizar e problematizar esses conceitos e noções, em outros já parecem tê-los incorporado em seu discurso – discurso este que assume, algumas vezes, um tom de relatório/manual de atividades ou de propaganda do projeto – cuidando, ao invés disto, de questões de outra ordem, igualmente importantes para a discussão do tema, mas que deixam a desejar de um ponto de vista teórico mais rigoroso.

Além disso, com exceção de dois capítulos, o livro, em geral, não aborda de maneira satisfatória as formas por meio das quais as populações indígenas envolvidas nas diversas situações de projetos pensam a seu respeito e como interpretam os conceitos propostos por eles. A grande maioria dos artigos também não discorre sobre a apropriação indígena da tecnologia e da capacitação que a essas populações é fornecida pelos assessores dos projetos, ou seja, como elas acabam por “indigenizar a modernidade” (Sahlins, 2007). Questões interessantes, como as que envolvem as diferentes percepções sobre o que sejam os chamados “recursos naturais”, o “desenvolvimento sustentável” ou a “participação comunitária” e as relações que implicam, deixam a impressão de que poderiam ter sido mais bem desenvolvidas.

Fechando o livro, Cássio Noronha Inglez de Sousa, antropólogo e assessor técnico do PDPI, mantém o formato do primeiro volume publicado em 2007 ao reproduzir, no último capítulo, as opiniões das lideranças indígenas que participaram dos debates do GT da Abanne/

REA a respeito das questões discutidas ao longo do livro. O capítulo, intitulado “Perspectiva indígena sobre projetos, desenvolvimento e povos indígenas. Entrevista com Valéria Paye Pereira e Euclides Pereira Macuxi”, apresenta as reflexões das lideranças e trata de temas como os avanços pós-Constituição de 1988, as mudanças nas associações e no movimento indígena e a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias dos brancos durante a implementação dos projetos; reflexões interessantes, mas que não sanam a ausência da perspectiva indígena nas situações específicas abordadas anteriormente em outros capítulos.

O segundo volume da publicação *Povos indígenas: projetos e desenvolvimento*, portanto, apesar de seus problemas, é uma iniciativa frutífera de diálogo entre diferentes agentes envolvidos no universo dos projetos de desenvolvimento voltados para os povos indígenas, capaz de criar um debate a partir de distintos pontos de vista sobre esse fenômeno novo, complexo e ainda pouco estudado pelos antropólogos brasileiros. Os capítulos do livro trazem questões inspiradoras e indicam os caminhos que ainda precisam ser trilhados em pesquisas futuras acerca das relações entre os povos indígenas e os projetos de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

ALBERT, Bruce

2000 “Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira”, in RICARCO, Carlos A. (org.), *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*, 1ª edição, São Paulo, Instituto Socioambiental, pp. 197-203.

INGLEZ DE SOUSA, Cássio Noronha; LIMA, Antonio Carlos de Souza; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de & WENTZEL, Sondra (orgs.)

2007 *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.

RAMOS, Alcida Rita

1990 "Ethnology Brazilian Style", *Cultural Anthropology*, vol. 5, nº 4, Chicago, University of Chicago Press, pp. 452-472.

SAHLINS, Marshall

2007 "Que é iluminismo antropológico? Algumas lições do século XX", in _____, *Cultura na Prática*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.